

FREQUÊNCIA E GASTO ESCOLAR DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO ENSINO BÁSICO: EVIDÊNCIA MICROECONÔMICA COM A POF 2017-2018

Marcos Antonio Coutinho da Silveira

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3032-port>

Em muitos países, o gasto das famílias com a educação básica dos filhos ocupa importante papel de complementaridade em relação ao gasto público. É reconhecido que, principalmente nos países pobres e emergentes, a oferta insuficiente e/ou a qualidade sofrível da educação pública pressiona as famílias – e não apenas as mais afluentes – a contribuir cada vez mais para a educação de seus membros em idade escolar, principalmente na forma de gastos com mensalidades em instituições privadas.

Motivado por essa evidência, este *Texto para Discussão* lança mão da base de microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 para investigar os determinantes demográficos e socioeconômicos do investimento das famílias brasileiras na educação básica, o qual se processa por meio de três decisões sequenciais: a frequência escolar, a opção entre as redes pública e particular – ou seja, se incorre ou não em gasto escolar positivo – e o tamanho do gasto escolar. Em decorrência dessa estrutura sequencial, um modelo de viés de seleção amostral duplo é estimado separadamente para os três ciclos de ensino (infantil, fundamental e médio) a fim de corrigir eventuais vieses de seleção amostral decorrentes da correlação entre os fatores não observados daquelas três decisões. Igualmente importante, o modelo também permite que os fatores determinantes de cada uma daquelas três decisões não necessariamente coincidam.

Consistente com a evidência encontrada em outros países, o investimento das famílias brasileiras na educação básica é positivamente afetado pelo nível de escolaridade dos responsáveis pela família e pela renda *per capita* familiar. Reforçando-se mutuamente, esses dois efeitos contribuem para aprofundar a desigualdade social: filhos de pais mais escolarizados desfrutarão de maior capital humano e, portanto, de maior renda futura, o que por sua vez, implicará em um maior gasto escolar com a educação de seus próprios filhos. Outro efeito positivo sobre esse investimento é observado em relação à qualidade dos serviços de educação e à estabilidade da renda familiar. Efeito na direção contrária encontra-se em relação à distância entre a residência da família e a capital de seu estado. Outras variáveis com efeito significativo são a cor, o gênero dos membros em idade escolar e o tamanho da família, bem como sua composição etária.